SIMPÓSIO: **Tópicos fundamentais para a formação e o desenvolvimento docente para professores dos cursos da área da saúde**
Capítulo V

Planejamento educacional

Educational planning

Francisco José Candido dos Reis[1], Maria Paula Panúncio-Pinto[2], Marta Neves Campanelli Marçal Vieira[3]

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir aspectos políticos e pedagógicos do planejamento educacional no contexto da universidade contemporânea. Nesse sentido, o texto aborda os princípios e a importância do planejamento educacional, o lugar e a definição de projeto político pedagógico, da organização curricular e do plano de aprendizagem como aspectos constituintes e integrados do planejamento. A compreensão das etapas apresentadas e da necessária integração entre todos os componentes do planejamento e desses no contexto social concreto é fundamental para todos os que desejam exercer a docência na área da saúde.

Palavras-chave: Planejamento Ensino-Aprendizagem, Organização Curricular, Plano De Aprendizagem.

Principais Pontos de Interesse

- Discutir aspectos políticos e pedagógicos do planejamento educacional.
- Identificar a importância do planejamento educacional
- Apresentar os conceitos de projeto político pedagógico e organização curricular
- Identificar os componentes do plano de aprendizagem e do plano de aula

1. A importância do planejamento educacional na Universidade

Profissionais da educação entraram no século XXI discutindo uma prática educacional voltada para o desenvolvimento sustentável da sociedade e do ser humano. No início deste século a UNESCO apresentou os "Pilares da Educação Para o Século XXI", conferindo grande importância à humanização: "aprender a ser", "aprender a conhecer", "aprender a fazer", "aprender a viver em conjunto", "aprender a antecipar-se e planejar" e "aprender a participar e a envolver-se"[1].

Nessa perspectiva, é impensável uma Universidade que não esteja inserida na rede complexa da sociedade contemporânea e que não se comprometa diretamente com a produção de conhecimento voltado para a realidade social.

A Universidade hoje é reconhecida como *lócus* da produção de conhecimento e de formação de profissionais com vistas ás necessidades sociais concre-

1. Departamento de Ginecologia e Obstetricia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
2. Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
3. Departamento de Puericultura e Pediatria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Correspondencia:
Prof. Dr. Francisco Jose Candido dos Reis.
Avenida Bandeirantes 3900, 8º andar,
CEP 14049-900, Ribeirao Preto, Brasil.
fjcreis@fmrp.usp.br

Artigo recebido em 22/05/2014
Aprovado para publicação em 19/06/2014

tas. Esta realidade atribui importância crescente ao ensino nos cursos de graduação, pois o preparo de todos os tipos de profissionais com formação especializada acontece sob responsabilidade dos docentes do ensino superior[2]. Esses profissionais têm sido chamados a ensinar em condições diversas e desafiadoras, nem sempre preparados para isso uma vez que a formação dos futuros docentes universitários desenvolve-se com ênfase na pesquisa. Tradicionalmente o professor universitário sabe muito sobre sua área específica e pouco sobre ensino[3].

Tal realidade se reflete também na formação de profissionais da saúde: o ensino superior na área da saúde no Brasil não consegue formar profissionais para atender plenamente as demandas da população. Há insuficiência quantitativa e qualitativa. Esta situação é bastante complexa e envolve questões econômicas e sociais, de acesso e permanência na universidade. Além disso, destaca-se aqui a questão da formação pedagógica docente.

A legislação atual exige que o professor complete sua pós-graduação (mestrado e doutorado), onde consolida conhecimentos teóricos e instrumentais sobre seu campo específico. Desta forma, o ensino torna-se decorrência de suas atividades de pesquisa e de sua experiência profissional, ocorrendo uma confusão entre "experiência" e formação. Diante do pouco investimento em formação pedagógica, faltam ao professor os fundamentos científicos sobre os elementos constitutivos da atuação docente: planejamento, organização do currículo; preparo das aulas; métodos e estratégias didáticas; avaliação da aprendizagem, entre outros[3].

Desta forma, as atividades de ensino-aprendizagem acabam sendo mais "espontâneas" do que planejadas. Inúmeras oportunidades de ensino são perdidas, os recursos são utilizados de maneira pouco eficiente, os conteúdos são apresentados de forma fragmentada e têm relação desproporcional com as demandas do exercício profissional, há pouca integração teoria-prática e o processo de avaliação não mensura a competência adquirida, tampouco contribui para o aprendizado. Nesse contexto, o planejamento educacional assume papel importante no percurso contra esses obstáculos, que vão desde o contexto social geral até a questão da formação pedagógica docente.

No contexto da educação universitária, o planejamento visa garantir a integração de um todo complexo que envolve o sistema socioeconômico, político e cultural mais amplo no qual se inserem o sistema educacional (pressupostos, legislação), o projeto político pedagógico e a organização curricular de um curso, o componente curricular ou disciplina e a aula.

2. Do geral para o particular: o Projeto Político Pedagógico, a organização curricular, o plano de aprendizagem e o plano de aula

O projeto político pedagógico, o plano de aprendizagem e o plano de aula são instrumentos desenvolvidos no interior de um processo de planejamento que visa tornar possível construir a Universidade solidária e integrada que se deseja, com organização curricular que permita integrar atividades de docência, pesquisa, extensão e administração em cursos que garantam a democratização do conhecimento e sua aplicação na construção da cidadania[4].

2.1 O Projeto (Político) Pedagógico

A elaboração do projeto pedagógico de um curso de graduação universitário requer, em primeiro lugar, a prática de trabalho coletivo, sendo instrumento necessário para evitar a alienação e a fragmentação dos sujeitos envolvidos – docentes, estudantes e servidores, e do curso onde atuam[4]. A inclusão do termo "político" na expressão "projeto pedagógico" remete às suas interfaces com a sociedade[4], bem como à compreensão de que não há neutralidade em nenhum projeto, e que neste caso não se trata apenas de um instrumento técnico: ser político é assumir a busca do bem comum[5].

O projeto político pedagógico (PPP) é um documento obrigatório para todos os cursos, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Lei n°9.396/96)[6]. Ele representa a proposta da instituição universitária e em geral contém os fundamentos teóricos, filosóficos e políticos da formação profissional proposta; os objetivos da formação, o perfil final desejado para o profissional (habilidades e competências), as estratégias para se atingir esse perfil; a estrutura e o encadeamento de componentes curriculares; os cenários e contextos de ensino-aprendizagem; a lógica da organização curricular, além de aspectos históricos da instituição e do curso e características gerais de seu funcionamento.

A revisão periódica e coletiva desse documento formal, renovando metas de acordo com as mudan-

Medicina (Ribeirão Preto) 2014;47(3):280-3
http://revista.fmrp.usp.br/

ças na realidade[7], garante que seja ultrapassado o *status* de documento legal, tornando o PPP um instrumento eficaz de democratização e avanço da instituição de ensino, na busca constante de novos e elevados parâmetros de funcionamento. A constante e dinâmica construção de um PPP deve ser um processo democrático e de ampla participação.[5,8]

Um PPP se estrutura a partir do núcleo central que é a organização curricular. Currículo é a totalidade das vivências educacionais de determinado curso, e envolve o trabalho a ser realizado nos diferentes cenários de ensino-aprendizagem, em atividades teóricas e práticas (sala de aula, laboratórios, campos de estágio).[4]

2.2 A organização curricular

O currículo é o eixo central do PPP, e sua importância reside no fato de que ele molda o profissional a ser formado, constituindo-se como itinerário de formação. É necessário pensá-lo como dinâmico, e assim como o PPP, em constante construção[9].

Tradicionalmente, os currículos se organizam em grade, reforçando uma visão fragmentada e disciplinar do conhecimento. Um dos maiores desafios colocados nos processos de revisão dos PPPs é a superação desse modelo rumo à construção integrativa do conhecimento. Um currículo integrativo, com desenho de matriz ao invés de grade, privilegia a lógica da integração de conteúdos teóricos e práticos, levando a formação pautada na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, bem como na diversificação dos métodos e cenários de ensino-aprendizagem.

O currículo integrativo se caracteriza por uma construção evolutiva, de complexidade crescente e demanda a integração de diferentes disciplinas, saberes e práticas, pois propõe o estudo por áreas de conhecimento no que elas têm de característico, articulando elementos para a compreensão da realidade em determinada área de atuação[7]. Essa nova lógica permite que conteúdos específicos se articulem em eixos integrados, considerando interesses, conhecimentos e experiências prévias dos estudantes. Também se constitui como oposição à racionalidade técnica, em busca de romper a hierarquização tradicional que coloca no início do curso o conhecimento teórico, seguido do prático pensado como aplicação direta da teoria. A estrutura positiva de uma grade em geral se estrutura com as Ciências Básicas, seguidas das Aplicadas (ou clínicas, nos cursos da área da saúde) com o Estágio Profissional breve e no final do curso[4]. É com essa estrutura hierarquizada e disciplinar que o desenho de matriz integrativa propõe romper, integrando básicas e aplicadas desde o inicio do curso, promovendo a construção de sentido para o conhecimento adquirido através de sua conexão com a realidade, integrando teoria e prática.

Partindo de dada organização curricular, um PPP se materializa conforme se aproxima da sala de aula através do Plano de Aprendizagem e do Plano de Aula, etapas do processo mais amplo que é o planejamento educacional.

2.3 O Plano de Aprendizagem e o Plano de Aula

O Plano de Aprendizagem, também denominado Plano ou Projeto de Ensino, é a sistematização da proposta geral de trabalho de um professor num determinado componente curricular, eixo, módulo ou disciplina[10].

Em geral, ele contém os objetivos gerais do componente curricular, integrado com os objetivos daquele momento da formação do estudante, relativos à construção/aquisição de conceitos, atitudes e procedimentos; o programa (conteúdos encadeados e sua relação com os demais componentes curriculares concomitantes naquele momento específico do curso). Além disso, um plano de aprendizagem deve definir as estratégias de ensino-aprendizagem, tanto as metodologias de ensino quanto os momentos, métodos, estratégias e critérios de avaliação*. Finalmente, o Plano de Aprendizagem deve apresentar um conjunto de referências bibliográficas cuidadosamente escolhidas, representativas do conhecimento atual, com base em sólida investigação científica. A complexidade da leitura sugerida deve ser coerente com o momento da formação e com o conhecimento prévio dos estudantes. Além disso, é essencial que as referências sugeridas possam ser lidas no tempo disponibilizado e que seu acesso seja garantido.

Para que o Plano de Aprendizagem faça sentido, ele precisa estar articulado ao PPP, e ser coerente com a organização curricular do curso, o que irá permitir ao professor compreender aspectos fundamentais como as habilidades e competências desejadas para aquele momento da formação, o perfil do egresso, a carga horária e os recursos disponíveis; além da

* As considerações sobre a importância da avaliação no processo ensino aprendizagem, bem os critérios para uma boa avaliação encontram-se no Capítulo X, Avaliação do estudante - aspectos gerais.

totalidade do que é ofertado ao estudante naquele momento para que sobreposições, repetições ou lacunas sejam evitadas.

O Plano de Aula é o recorte do Plano de Aprendizagem para um ponto específico do programa, contendo a proposta de trabalho do professor para uma determinada aula ou conjunto de aulas, representando um maior detalhamento e objetividade do processo de planejamento didático, contendo o tema/conteúdo, os objetivos da aula (ao final desta aula espera-se que o estudante seja capaz de), a metodologia, os recursos, o tempo, a avaliação da aprendizagem e a bibliografia [4,10].

3. Considerações finais

O planejamento educacional em uma instituição de ensino superior na área da saúde precisa ser considerado em sua complexidade. A complexidade deriva principalmente da necessidade constante de integração entre diferentes esferas dentro da instituição, do diálogo permanente entre os atores e da democratização do processo, descentralizando decisões que afetam o cotidiano de todos os envolvidos – professores, estudantes e demais servidores.

Neste artigo apresentamos o conjunto essencial de conceitos envolvendo o encadeamento das políticas públicas e legislação referentes à educação, e a construção de um PPP, do eixo da organização curricular e dos princípios de um planejamento educacional que integre todos esses aspectos, chegando à sala de aula com a elaboração do Plano de Aprendizagem e do Plano de Aula.

Além do conhecimento didático e pedagógico específicos para cumprir as etapas do planejamento educacional, para que a integração à realidade social seja possível é necessário à formação profissional na área da saúde, como em qualquer outra área, que esses processos sejam democráticos. A ampla participação da comunidade na construção das diversas etapas agrega valores, aumenta a legitimidade das propostas e fundamentalmente aumenta a disposição de todos para a corresponsabilização, fundamental para a efetivação das propostas.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss political and pedagogical aspects of educational planning in the context of the contemporary university. In this direction, the text addresses the principles and the importance of educational planning, the position and definition of political-pedagogic project, curricular organization and learning plan as integrated constituents features of educational planning. Understanding the steps presented and the necessary integration between all these components of the planning and the concrete social context is essential for all who wish to pursue teaching in healthcare field.

Key words: Educational Planning, Curricular Organization, Learning Plan.

4. Referências Bibliográficas

1. Morin E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília,DF: UNESCO, 2000.
2. Almeida MI; Pimenta SG. A construção da pedagogia universitária no âmbito da Universidade de São Paulo. In: Almeida, MI; Pimenta, SG (Org.) Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011.
3. Almeida MI. Formação do Professor para o ensino supeiror – desafios e políticas institucionais. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.
4. Minguili MG; Daibem AML. Projeto pedagógico e projeto de ensino: um trabalho com os elementos constitutivos da prática pedagógica. IN: Pinho SZ (Coord): Oficinas de estudos pedagógicos: reflexões sobre a prática do ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP-PRG, 2008.
5. Vasconcellos CS. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5ª. Edição São Paulo: Libertad, 2004.
6. BRASIL. Lei no. 9394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional-LDB, sancionada pelo presidente da república em dezembro de 1996.
7. Anastasiou LGC. Propostas curriculares em questão: saberes docentes e trajetórias de formação.IN: Cunha MI (ORG) Reflexões e práticas em pedagogia universitária. Campinas: Papirus, 2007.
8. Veiga IPA. (Org.). As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, 4ª ed. SP: Papirus, 2001.
9. Pacheco JÁ. Processos e práticas de educação e formação: para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. Revista Portuguesa de Educação, 2009; 22:105-43.
10. Vasconcellos CS. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10ª. Ed. São Paulo: Libertad, 2002.